



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

**Intervenção do Ministro da Educação,  
Audição a requerimento dos grupos parlamentares do  
PSD e da IL,  
12 de julho de 2023**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Agradeço aos grupos parlamentares requerentes esta oportunidade para virmos aqui discutir e debater matérias fundamentais para o sistema educativo. As aprendizagens dos alunos, sobretudo após os dois anos de pandemia, estão no centro das nossas preocupações e também, como é evidente, no centro das preocupações dos diferentes grupos parlamentares.

Permitam-me começar a responder ao grupo parlamentar do PSD com uma citação:

“A realização das provas de aferição constitui uma componente essencial para avaliar o progresso e o desempenho dos alunos, além de ser um importante instrumento para avaliar a qualidade do ensino e identificar possíveis lacunas na aprendizagem.”

Fim de citação.

Esta frase está no requerimento do PSD que justifica a nossa vinda aqui, pelo que quero saudar a evolução que o PSD faz na forma como encara a necessidade e essencialidade dos instrumentos de aferição nacionais. Há poucos anos, recorde-se, encarava as provas de aferição como um retrocesso e fico por isso particularmente contente por, passado este tempo, termos aqui um ponto de convergência.

Também saúdo o PSD por olhar para os instrumentos de avaliação de uma forma integrada, valorizando tanto as aferições nacionais quanto as internacionais, trazendo para esta discussão os dados do PIRLS.

É por este estudo que começo. O PIRLS, pela primeira vez, avaliou as competências de leitura dos alunos do 4.º ano em modo digital, constituindo alguns países, como Portugal, de forma voluntária, uma amostra para modo em papel, para que pudesse ser controlado o efeito da aferição em papel ou digital. Este estudo reveste-se de particular importância, pois aferiu os resultados das crianças que estiveram em ensino a distância durante o seu 2.º e 3.º anos, numa fase crucial do desenvolvimento da competência leitora.

O consórcio que coordena este estudo entendeu apresentar os resultados de uma forma integrada - papel e digital, apesar de ser possível desagregá-los para que a versão papel pudesse servir como variável de controlo. Como é público, regista-se uma quebra nos resultados globais que, quando os dados são analisados de forma independente, atestam uma subida quase inexpressiva no modo papel e resultados piores no modo digital.

As aferições internacionais nunca foram, a nosso ver, armas de arremesso partidário. Servem o seu propósito: saber onde estamos, de onde viemos e para onde queremos ir.

No âmbito do Plano de Recuperação das Aprendizagens, a quase totalidade das escolas adotou medidas para o fomento da leitura, em particular no 1.º ciclo e no 2.º. Uma opção ajustada à perceção dos efeitos da pandemia feita pelos próprios professores que acompanham os alunos no dia a dia.

As medidas do plano permitem o desenvolvimento de atividades de leitura orientada em sala de aula, de criação de ambientes de leitura na escola (com atividades como os 10 minutos de leitura ou o programa “Escola a Ler”). Mobilizámos 1 M 200 mil euros para a compra de mais livros para as bibliotecas escolares. Estas medidas incluem a aquisição instrumentos de diagnóstico da capacidade de leitura, para identificação precoce de dificuldade e com atividades para intervenção customizadas face às necessidades específicas de cada aluno. As novas Aprendizagens Essenciais do Ensino Básico preveem que o trabalho de leitura não seja apenas descodificação, mas que explore os níveis de complexidade superior, onde os alunos manifestam mais dificuldades.

Nos diferentes estudos internacionais, Portugal tem tido resultados consistentes e de subida progressiva, com oscilações pouco significativas. Mas ainda não estamos nos níveis em que todos desejamos estar e, por isso, o trabalho intenso da Rede de Bibliotecas Escolares, do Plano Nacional de Leitura e das intervenções curriculares na área do português são para continuar.

Estas iniciativas do Governo decorrem também da leitura atenta dos resultados das provas de aferição, que são coerentes com os dos estudos internacionais. As provas de 2.º ano têm permitido que as escolas desenvolvam iniciativas mais dirigidas e intervenções mais precoces, como se evidencia no projeto PARE, promovido pelo IAVE, que acompanha as escolas na utilização e leitura dos relatórios das provas de aferição, e pelos guiões de práticas e sugestões que têm sido disponibilizados a todas as escolas.

Este ano demos o passo de generalizar as provas de aferição em formato digital, assunto a que voltarei nas próximas intervenções. Também porque as competências digitais se revelam problemáticas e, por isso, é preciso aferir.

Muito obrigado.